

PROTEÇÃO DE DADOS NA PRÁTICA CONTÁBIL

MACHADO, Francielle

RODRIGUES, Michelly

ALVES, Rafaela

MASSIGNANI, Marcia Regina

Introdução

Como na rotina diária das contabilidades elas trabalham com dados sensíveis de seus clientes a lei LGPD obriga que esses escritórios contábeis tenham mais cuidado ao manusear essas informações, a lei fez com que as coisas mudassem dentro dessas instituições.

A lei impõe que as empresas contábeis utilizem as informações pessoais de seus clientes apenas para finalidades legítimas como obrigações fiscais entre outras. Precisaram definir quem pode acessar certos dados e criar políticas internas de proteção de informações, bem como, utilizar sistemas seguros para gerir as informações, seguir uma rotina de backups e investir em treinamento de seus funcionários.

Com essa exigência de adequação que a lei obriga, surgem também alguns desafios éticos, como reforçar a importância do sigilo que o profissional precisa ter, ser transparente com o seu cliente, deixar ele ciente em como é utilizado os dados dele a fim de passar confiança mesmo enfrentando alguns desafios operacionais, como, cumprir regras de segurança interna mesmo que pareça mais trabalhoso, manter os treinamentos dos funcionários em dia mesmo em meio a rotina pesada e ter

clareza para onde é transferido os dados e se há riscos de vazamentos de dados que exigem mais atenção.

A lei não toma um lado, ela surgiu para auxiliar as empresas que gerenciam dados confidenciais das pessoas e assegura os clientes de que seus dados estão protegidos dentro da organização, ela une e gera relacionamento de confiança entre os escritórios e a sociedade.

Empresas que coletam, armazenam e tratam dados devem estabelecer políticas internas para a proteção dessas informações, designando responsáveis pela preservação dos dados conforme as normas. É necessário definir como obter o consentimento dos clientes e as ações em casos de violação ou vazamento de dados. O profissional de Contabilidade, pelo Código de Ética Profissional do Contador (NBC PG 01/2019), já está habituado a manter sigilo das informações que acessa, zelando pela privacidade dos dados dos clientes (Krüger et al., 2021).

Problema e Objetivos

2.1 Problema

Como problema desta pesquisa se destaca a intenção de entender como a implementação da LGPD impacta a atuação dos escritórios de contabilidade e quais desafios éticos e operacionais esses profissionais enfrentam para garantir a proteção adequada dos dados de seus clientes.

2.2 Objetivo Geral

Analisar como a LGPD influencia a prática contábil e identificar os principais desafios éticos e operacionais enfrentados pelos escritórios de contabilidade na adequação às exigências da legislação.

2.3 Objetivos Específicos

- Compreender quais são as exigências que a lei apresenta;
- Entender de que forma os dados das pessoas precisam ser tratados;
- Analisar qual postura e responsabilidade o profissional precisa tomar mediante a dados sigilosos;
- Verificar quais os principais desafios éticos os profissionais enfrentam em seu cotidiano dentro dos escritórios;

Fundamentação Teórica

A evolução da tecnologia sem sobras de dúvidas foi muito essencial para a evolução humana, mas junto a isso tem fatores negativos também evoluem muito, as informações acabam sendo muito acessíveis hoje em dia e infelizmente as notícia de vazamentos de dados só aumentam, inclusive no Brasil houve uma grande repercussão de vazamentos de dados, onde muitos dados foram vazados, “Um deles tinha 223 milhões de números de CPF, acompanhado de informações como nome, sexo e data de nascimento, além de uma tabela com dados de veículos e uma lista com CNPJs”(G1, 2021).

Hoje no Brasil temos a lei LGPD que abriga a obrigatoriedade das empresas a terem responsabilidade na portabilidade de informações pessoais e financeiras de qualquer entidade seja pessoa física ou Jurídica, esta lei deve ser aplicada por qualquer pessoa ou instituição que trate dados pessoais, seja pública ou privada, com ou sem fins lucrativos.

Surgem junto a essas exigências algumas obrigаторiedades éticas aos profissionais, precisam adotar práticas que garantam a proteção dessas informações, evitando vazamentos, acessos não autorizados ou utilização inadequada dos dados.

O contador já possui o dever de sigilo sobre as informações de seus clientes, conforme normas e diretrizes da profissão. Com a LGPD, esse compromisso torna-se ainda mais rigoroso, exigindo que os escritórios implementem políticas de segurança da informação, controle de acesso aos dados e treinamento de colaboradores.

Como também, essas adequações à legislação representam um desafio operacional para muitos escritórios de contabilidade, especialmente os de pequeno porte. A necessidade de revisar processos internos, adaptar sistemas e promover conscientização entre os profissionais exige investimento financeiro e mudanças na cultura organizacional. Apesar desses desafios, a implementação da LGPD contribui para aumentar a confiança dos clientes e fortalecer a credibilidade dos serviços contábeis.

Segundo Costa e Altoé (2019), para que uma contabilidade esteja enquadrada nas normas da LGPD é preciso que dentro esteja estruturado e bem dividido os cargos dos seus funcionários para que assim consiga ter melhor gestão e controle das informações, garantindo que esses dados circulem por profissionais bem treinados e preparados para gerir as informações.

Metodologia

Esse estudo adota abordagem de pesquisa bibliográfica qualitativa, com objetivo de interpretar e sintetizar ideias através de pesquisas em artigos científicos e acadêmicos.

Considerações finais

A evolução tecnológica e a proteção de dados específicos são complementares à prática contábil contemporânea. A adoção de tecnologias que promovam eficiência deve ser acompanhada pela implementação de controles robustos que garantam a integridade e confidencialidade das informações. O sucesso dependerá da capacidade de encontrar o equilíbrio adequado entre inovação e segurança, eficiência operacional e conformidade regulatória.

Conclui-se, portanto, que a ética e a responsabilidade social e profissional do contador são fatores complementares e igualmente relevantes para a credibilidade das informações contábeis e para o reconhecimento positivo por parte dos clientes, devendo esse profissional recorrer ao CEPC em momentos nos quais o caminho correto a seguir não fique evidente (FEIL, DIEHL e SCHUCK, 2017). Além disso, o contador necessita refletir acerca dos resultados de seus atos, e, sobretudo, considerar como primordial a pureza de caráter e de sua consciência ética (LIMA, GUERRA e MEGLIORINI, 2008).

Referências

G1. Megavazamento de dados de 223 milhões de brasileiros: o que se sabe e o que falta saber. G1,2021. Disponível em: <
<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/01/28/vazamento->

[de-dados-de-223-milhoes-de-brasileiros-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.g
html](#) > Acessados em: Março de 2026.

FEIL, A. A.; DIEHL, L.; SCHUCK, R. J. Ética profissional e estudantes de contabilidade: análise das variáveis intervenientes. Cadernos EBAPE, v. 15, n. 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2017.

COSTA, Maressa Pontes; ALTOÉ, Estela Maris Lima. CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD): UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES JUNTO AOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE. Paraná, 2019. Disponível em <
<https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3552> > Acessado em Março 2026.

KRÜGER, Cristiane et al. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: uma análise dos determinantes junto aos profissionais de Contabilidade. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 20, p. e3220, 2021. Disponível em: <
<https://www.redalyc.org/journal/4775/477565816021/477565816021.pdf> >
Acesso em: 03 mar. 2026.

francy2004machado@gmail.com

rafaela2alves18@hotmail.com

michellyrodrigues172@gmail.com

marcia.massignani@unoesc.edu.br